

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

CERQUEIRA, Márcia Santos – UNEB –
marcia.cerqueira@terra.com.br

RESUMO

Este texto se constitui um desafio: apresentarmos a Educação a Distância – EAD como possibilidade de inclusão social, cidadã, libertadora. Partindo da reflexão que Papert e Freire proporcionaram, quando participamos de um encontro entre os educadores, a convite do Núcleo de Educação para os Excluídos na Escola, em 1995, culminando com estudos realizados junto ao curso de Especialização em EAD: formação de professores da UNEB, este artigo procura refletir a EAD como um projeto humano, não ingênuo, que possibilita a mediação pedagógica necessária a uma educação libertadora. Nosso objetivo vai ao encontro da proposição freiriana de vivermos o mundo escrevendo a história e cultivando a esperança.

Palavras-chave: educação a distância, educação libertadora, inclusão social.

ABSTRACT

This text if constitutes a challenge: to present Education - EAD in the distance as possibility of social inclusion, citizen, and liberator. Leaving of the reflection that Papert and Freire had provided, when we participate of a meeting between the educators, the invitation of the Nucleus of Education for the Excluded ones in the School, in 1995, culminating with studies carried through next to the course of Specialization in EAD: formation of professors of the UNEB, this article look for to reflect the EAD as a human project, not ingenuous, that makes possible the necessary pedagogical mediation to a liberating education. Our objective goes to the meeting of the freiriana proposal to live the world writing history and cultivating the hope.

Keywords: education in the distance, liberating education, social inclusion.

INTRODUÇÃO:

Quando nos propomos a discutir a educação a distância no Brasil como possibilidade de inclusão social e, portanto, numa perspectiva de educação libertadora é necessário respondermos: Educação para quem?

Em novembro de 1995, a PUC/SP promoveu um encontro entre o Matemático Seymour Papert, que, na época, já defendia o uso do computador como ferramenta do ensino-aprendizagem, e o professor Paulo Freire. Participamos desse evento a convite do Núcleo de Educação para os Excluídos da Escola, em função de nossa temática desenvolvida no Mestrado em Educação: Supervisão e Currículo, sob a orientação da Profa. Ana Maria Saul. Nosso foco não era a EaD, mas a *Leitura como forma de luta contra a Exclusão Social*.

A temática em 1995 despertava mais perguntas que respostas, era um exercício constante da “*Pedagogia da Curiosidade*”. O questionamento mais perceptível a nós era com relação à dimensão histórica da tecnologia e sua repercussão na cultura e na educação pública brasileira. Apesar de ser uma temática estimuladora, desafiadora e instigante, a tecnologia estava a mudar padrões e a propor rupturas irreversíveis.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, ainda que de forma incipiente, proporcionou a imprescindível abertura, do ponto de vista da legislação, para que a Educação a Distância pudesse conquistar o terreno da credibilidade social.

Partindo da premissa que a educação a distância cumpre a contento, em países do primeiro mundo, um importante papel social, por que no Brasil encontramos resistência a Educação a Distância, como uma política de transformação social - inclusão social, formação docente, democratização do acesso à educação de qualidade?

Na perspectiva Freiriana, o professor–mediador–docente, é um sujeito histórico que, na medida de suas ações e/ou omissões, contribui como agente político do/no mundo. Essa ação é fundamental na construção da história. Porém, para que essa ação seja concretizada, é fundamental mais do que uma descoberta individual, relacionada à capacidade de estabelecermos formas de interação com as novas tecnologias, relacionada à capacidade interna de, através dos sentidos, apreendermos o texto, ou pedagógica relacionada ao método ou a formação docente, é fundamental que a sociedade assuma a Educação a Distância, como uma questão social e de políticas. Salientamos que é necessário, entretanto, estabelecermos uma relação de confiança, não ingênua, com o processo de consolidação da EaD.

A Educação a Distância – EaD, é uma modalidade de educação que vem atender a uma demanda da sociedade contemporânea de democratização de oportunidades educacionais. No processo de inclusão social os cursos à distância ampliam o acesso ao conhecimento e à educação formal. O perfil do professor e do aluno ganha novos contornos, construindo características relacionadas à sociedade contemporânea - do conhecimento e da informação.

Gomez (2004) sintetiza muito bem nossa reflexão ao afirmar que:

Como Freire, somos radicais, porque propomos educar além da tecnologia: educar para a solidariedade humana. Uma proposta de educação no mundo digital ou mesmo na educação a distância para a formação de educadores perpassa a tecnologia, mas não a desconhece; reflete sobre ela, discute-a e a utiliza, pois é parte constitutiva do processo social de conhecimento (p. 21).

Agora nosso desafio é discutir a EaD como processo de inclusão social – que continua sendo, a nosso ver, a finalidade maior, de qualquer projeto que se intitule democrático.

A EAD NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para Santos (2003), as sociedades contemporâneas vivem um período de transição paradigmática que, sendo global, assume formas nos diferentes países, em função de sua história e da posição que ocupam no sistema mundial. Para o autor, a compreensão crítica desse processo demanda uma reflexão do que chamamos de crise do paradigma da ciência moderna e a emergência do paradigma da ciência pós-moderna.

Para essa análise destacamos que a pós-modernidade, na verdade, representa a crise da modernidade, período de transição, de um *capitalismo* que se constituiu *liberal* e perpassou todo o século XIX, passando a um período caracterizado como *capitalismo organizado*, que se inicia no final do século XIX, tendo seu desenvolvimento no período entre as guerras mundiais e primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial, a um *capitalismo desorganizado*, que se inicia nos anos finais dos anos 70 do século XX, e ainda perdura, representando certa descrença nesse projeto de modernidade que não se cumpriu. A pós-modernidade assim entendida é a urgência de mudar esse projeto de modernidade. Santos (1996).

No processo de inclusão social, esse projeto de “pós-modernidade” pode possibilitar aos cursos a distância a ampliação do acesso ao conhecimento e à educação formal. O perfil do professor e do aluno ganha novos contornos, construindo características relacionadas à sociedade contemporânea - do conhecimento e da informação. Para Oliveira “... o aluno que participa dessa modalidade de ensino necessita ter um perfil voltado para a autonomia na busca da sua aprendizagem, por não dispor da presença física constante do professor ou orientador...” (2007, p. 1). Quanto ao professor, Azevedo afirma que “o professor tem, em ambientes virtuais, o papel de animador de uma comunidade virtual de aprendizes... (2007, p. 4).

De acordo com Mattos e Burnham (2007, p. 4), “ a verdadeira revolução que está ocorrendo no campo da educação *on-line* é marcada pelo novo papel do professor”

que passa a assumir uma atitude de mediação pedagógica, de facilitador e incentivador da aprendizagem, com múltiplas competências, com capacidade para aprender a aprender, de forma interativa.

No Brasil, país de dimensão continental, a EaD vem conquistando espaço nos diversos sistemas acadêmicos e educacionais. Estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e regulamentada pelo Decreto nº 5.622/2005, a política para a Educação a Distância, que vem sendo adotada pelo MEC “visa aprimorar a regulamentação de EaD no Brasil ...” (MOTA 2005 p.2).

No entanto é preciso estarmos cientes, quando analisamos o contexto da EaD no Brasil que:

O desafio permanente da educação a distância consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos utilizados são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, em identificar a proposta de ensino e a concepção de aprendizagem subjacente e em analisar, de que maneira os desafios da ‘distância’ são tratados entre alunos e docentes e entre os alunos. (OLIVEIRA, 2005).

POR UMA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA LIBERTADORA

Se considerarmos a proposta pedagógica de Paulo Freire de transformar a educação tradicional bancária em uma educação libertadora, vemos que a mesma encontrou barreiras não só política e ideológica para sua implantação, mas também de ferramentas. Freire considera a educação como um "por fazer", onde o ensinar não é apenas transferência mecânica do conteúdo que o professor faz ao aluno passivo e dócil, mas um processo no qual o educador não impõe a leitura de mundo do texto ou sua própria como a única "verdadeira".

Muito antes dos seres humanos terem tido a oportunidade de inventar a linguagem, eles já tinham começado a experimentar um fenômeno, que é o fenômeno de apreensão do dado concreto, portanto, de inteligibilidade do dado concreto, que se caracteriza como uma possibilidade de estabelecer relações entre os sinais; relações que os levassem a conclusões, em operações muito mais complexas do que as que os outros animais faziam.

Assim, os homens passaram a decifrar o texto natural _ as estações do tempo, a direção do vento, tudo isso significando fenômenos, coisas ou procedimentos. Isso tudo

constituía, de certa forma, um ensaio da linguagem natural. E os seres humanos se anteciparam, deram um salto sobre os outros animais à medida que se tornaram competentes para inteligir a linguagem natural, e, conseqüentemente, passaram a fazer a leitura do mundo que, dessa forma, vem a preceder a leitura do texto.

Antes da invenção do código escrito, dos pictogramas, da imprensa, as pessoas já liam o mundo, já se comunicavam através de outras linguagens: dos gestos, da oralidade, situações que eram lidas e decodificadas por grupos de homens e mulheres. Foi assim que, durante milênios, a humanidade foi constituindo o mundo e vivendo o/no mundo. A linguagem humana é, portanto, um acontecimento histórico e social, e elemento central na transmissão cultural.

A leitura é uma prática antiga, e chega a ser anterior à escrita; pensamento que é compartilhado com os autores Barthes & Marty (1987:32), ao afirmarem que:

... o homem soube ler antes de saber escrever (...) o ato de escrever tem origem no ato de ler, a partir do momento em que se apreende a escrita na sua etimologia originária (gravar, fazer marca), que é sensivelmente idêntica em todas as línguas indo-européias, semíticas, orientais, e até nas línguas dos povos sem escrita que conhecem a dos ocidentais.

A leitura da palavra vem muito tempo depois, e o momento da fixação disto na linguagem escrita, demorou ainda muito tempo. Depois que falaram durante muito tempo, os seres humanos começaram a ensaiar a escrita. A capacidade de ler, não só o mundo, mas ler também o texto implica gradações.

Assim, não é qualquer leitura que contribui para uma educação a distância libertadora. É uma leitura que, não sendo apenas da palavra, é também a leitura do contexto, que é a leitura do mundo. Não é possível pensar em leitura sem pensar em leitura de mundo e do texto até porque, quando só uma existia, provocou o aparecimento da outra.

A leitura, antes de ser conteúdo escolar, é uma prática histórica e sempre respondeu a um contexto social específico. Ler nessa perspectiva extrapola a leitura das palavras que compõem um texto, resultando na compreensão da leitura do contexto em que o texto foi escrito e é desta fusão, interação entre autor, leitor e contexto que se dá o ato de ler. Assim, a leitura não é simplesmente uma realidade física, um procedimento espontâneo de aquisição, acultural. A leitura é uma prática social instituída _ cultural e histórica _ que tem uma dimensão individual que é a da característica de quem lê e cuja

aprendizagem, assim como também com relação à escrita, requer ser construída. A observação de leituras ou o simples contato com os textos escritos não garante sua aquisição. (CERQUEIRA, 1997)

De acordo com Freire (1987), há dois caminhos para a libertação: tomar consciência do caráter depositário da educação e construir uma proposta pedagógica com os educandos e não para os educandos.

Nesse sentido, a EaD, utilizando do potencial do hipertexto, no contexto de uma Pedagogia da Autonomia (1996) possibilita a criação de um ambiente de diálogo que permite ao educando desenvolver-se como sujeito de sua educação.

Desse modo, o texto fixado no livro traz a leitura que o autor faz do mundo, ou seja, há uma estrutura de poder sobre o texto. Ao se desfazer esta autoridade é possível descobrir o sentido do texto, mas é necessário que o leitor seja sujeito do ato de ler, senão a leitura segue seu sentido depositário. Para Freire

... a leitura é a experiência de decifração de um certo código lingüístico que porém diz algo além dele, código. Quer dizer por isso que eu preciso decifrar o código para alcançar o que está escondido nele. (...). E a compreensão do escrito que chamamos de texto, necessariamente implica a compreensão da relação contraditória entre o texto e o contexto de quem escreve. E o contexto de quem escreve não apenas do ponto de vista geográfico, mas do ponto de vista histórico, social, político, etc. A leitura é a leitura de um discurso, e um discurso é a tentativa de descrição de uma certa realidade de um certo trabalho. (Fala do Prof. Paulo Freire, no Núcleo de Educação para os Excluídos da Escola. PUC, 12 de novembro de 1996.)

Assim a Educação a Distância não deve ser um privilégio de alguns que pensam o mundo de forma a garantir a perpetuação de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, tendo que se transformar em ferramenta do “corpo social” para interpretar o mundo.

Uma verdadeira democracia pressupõe o reconhecimento e respeito à pluralidade de discursos. Assim, para Freire e Macedo (1994:36), “Respeitar os diferentes discursos e pôr em prática a compreensão de pluralidade (a qual exige tanto crítica e criatividade no ato de dizer a palavra, quanto no ato de ler a palavra) exige uma transformação política e social”. Na medida em que os diversos discursos se legitimem, inclusive no que diz respeito ao direito de, com sua voz, poder definir políticas e transformar nosso

quadro de realidade social, uma nova compreensão do potencial das tecnologias de informação e comunicação caracterizaria esta nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

PARA UM NOVO RECOMEÇO

Educação para quem?

Nosso desafio se fundamenta em princípios básicos da educação popular pois:

...imbrica a dimensão política da educação, a organização social dos homens a partir de seus saberes, o pronunciamento, a metodologia dialógica e a permanente relação texto/contexto. É, portanto, na leitura do mundo, na investigação, na tematização e na problematização dos fazeres, dizeres e saberes do educador e do educando que se busca um movimento de tomada de consciência e ação transformadora ... (GOMEZ,2004:21-22)

A tecnologia redimensionou o conceito de espaço-tempo. O texto, "A revolução contemporânea em matéria de comunicação", de Pierre Lévy, tece um breve histórico da humanidade, na perspectiva de sua evolução na estrutura do espaço-tempo. Discute a noção de espaço elástico fazendo uma distinção entre o conceito de espaço prático (elástico) e espaço físico (objetivo e imutável).

Levy (1998) aponta o ciberespaço como um dispositivo de comunicação original que é hoje, o "mais rápido de toda a história das técnicas de comunicação" (p.43). Ele ainda afirma que a comunicação coletiva e interativa é a principal atração do ciberespaço porque reúne "...a informática a distância, o telefone, o correio, a imprensa, a edição de livros, de música, de vídeos,..." (p.45).

Além da noção de ciberespaço as novas tecnologias de informação e comunicação implicam o conceito de cultura contemporânea, a cibercultura.

A cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Lemos (2003) in Lemos e Cunha, 2003; p.11-23 apresenta o conceito de cibercultura como: "a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica ...". É interessante lembrarmos que, mesmo que não tenhamos uma noção exata do conceito de cibercultura, ou que não nos achemos incluídos nessa cultura tecnológica contemporânea, esta se apresenta em nosso dia a dia. O autor discute como a mídia altera nossa noção de espaço-tempo sugerindo, inclusive, a abolição do espaço físico-geográfico que, pelo que entendemos,

poderia ser substituído pelo espaço de lugar (espaços de fluxos, redes planetárias e outros). Estas novas ferramentas de comunicação acabam por gerar novas formas de relacionamento social.

Discutir os impactos do avanço tecnológico na educação que queremos - inclusiva, cidadã, libertadora, é um desafio. Maçada e Tijiboy (1998) chamam a atenção quanto ao importante momento histórico que a humanidade vive. Para elas, os conceitos de espaço e tempo (acesso à informação, produção e construção do conhecimento) vêm dar novo perfil ao conceito de comunicação entre as pessoas e de informática. O foco de Maçada e Tijiboy se referem às transformações que estes conceitos causam, ao nos fazer refletir o papel da educação nesse processo de da aprendizagem cooperativa e o de interação social.

Consideramos que a compreensão da concepção de ambientes cooperativos de aprendizagem seja fundamental à educação nesse novo século. A internet possibilita a expressões culturais diversas. Todos somos sujeitos aprendizes e podemos construir um projeto coletivo democrático de sociedade.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Wilson. **Muito além do Jardim de infância**: o desafio do preparo de alunos e professores on-line. Disponível em: www.abed.org.br, acesso em 29/03/2007.

BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/Escrito. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional, 1987. v. 11.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CERQUEIRA, Márcia Santos. **Leitura**: uma forma de luta contra a exclusão social: um estudo de caso sobre o Proler Carcerário. São Paulo, 1997. (Dissertação de Mestrado)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, Paulo, MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. 2ª reimp. Trad. Lólio de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. e PAPERT, S. **O futuro da escola**: uma conversa sobre informática, ensino e aprendizagem. São Paulo: TV PUC, 1996. (Fita de vídeo).

GOMEZ, Margarita Victória. **Educação em Rede**: uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco, PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n.9. dez 1998.

MAÇADA Débora L.; TIJIBOY, Ana Vilma. **Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos**. Brasília, 1998. (IV Congresso RIBIE).

MATTOS, Maria Lídia e Burnham, Terezinha. **EAD**: Espaço de (in)formação/aprendizagem de professor-produtor. Disponível em: www.cinform.ufba.br, acesso em 01/04/2007.

MOTA, Ronaldo. **Educação mediada pelas novas tecnologias de informação e mediação**. Disponível em www.if.ufrgs.br, acesso em 01/04/2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

OLIVEIRA, Paulo e OLIVEIRA, Terezinha. O Projeto Educacional da EaD na Contemporaneidade: perspectivas políticas, sócio-culturais e a relevância da produção científica nacional para o desenvolvimento do setor. In: **Revista da Faeeba**: Educação e Contemporaneidade. Salvador: UNEB, jan/jun2005. Disponível em: www.revistadafaeeba.uneb.br, acesso em: 01/04/2007.